



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar **Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6814, de 2017**, do Senado Federal, que "institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011".

A Comissão será composta de 34 (trinta e quatro) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 14 de AGOSTO de 2017.


RODRIGO MAIA

Presidente da Câmara dos Deputados

LIDO NO PLENÁRIO EM

15/08/17, AS 14:40.

PELO(A) DEPUTADO(A)

JHC



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir **Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6814, de 2017**, do Senado Federal, que "institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011", e

RESOLVE

I - designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;

II - convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 28 de fevereiro, quarta-feira, às 14 horas, no Plenário 03 do Anexo II.

Brasília, 27 de fevereiro de 2018.


RODRIGO MAIA

Presidente da Câmara dos Deputados

LIDO NO PLENÁRIO EM

27, 02, 18, AS 20h

PELO(A) DEPUTADO(A)

JHC



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6814, de 2017, do Senado Federal, que "institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011"

TITULARES

SUPLENTES

PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PODE/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

AUGUSTO COUTINHO (SD)
BACELAR (PODE)
CACÁ LEÃO (PP)
CELSO MALDANER (PMDB)
FABIO GARCIA (DEM) - vaga do PSB
FABIO REIS (PMDB)
JHONATAN DE JESUS (PRB)
JOÃO ARRUDA (PMDB)
JORGE CÔRTE REAL (PTB)
LAERCIO OLIVEIRA (SD) - vaga do PROS
LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB)
MARCUS VICENTE (PP)
PAULO AZI (DEM)
PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC)
TONINHO PINHEIRO (PP)
2 vaga(s)

CARLOS HENRIQUE GAGUIM (PODE)
CRISTIANE BRASIL (PTB)
JONES MARTINS (PMDB)
LINDOMAR GARÇON (PRB)
RODRIGO PACHECO (PMDB)
VALDIR COLATTO (PMDB)
9 vaga(s)

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

JOÃO CARLOS BACELAR (PR)
JOÃO PAULO KLEINÜBING (PSD)
MILTON MONTI (PR)
THIAGO PEIXOTO (PSD)
(Deputado do SD ocupa a vaga)
5 vaga(s)

EDMAR ARRUDA (PSD)
JOÃO RODRIGUES (PSD)
TONINHO WANDSCHEER (PROS)
7 vaga(s)

PSDB/PSB/PPS/PV

ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PPS)
BEBETO (PSB)
(Deputado do DEM ocupa a vaga)
4 vaga(s)

HUGO LEAL (PSB)
6 vaga(s)

PDT

FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR

1 vaga(s)

PSOL

1 vaga(s)

1 vaga(s)

REDE

1 vaga(s)

1 vaga(s)



PRESIDÊNCIA/SGM

Requerimento n. 8.165/2018, do Senhor Deputado JOSÉ GUIMARÃES. Apensação do Projeto de Lei n. 6.814/2017 ao Projeto de Lei n. 1.292/1995.

Em 16/03/2018

Defiro o Requerimento n. 8.165/2018, nos termos dos artigos 142 e 143 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Apense-se o Projeto de Lei n. 6.814/2017 ao Projeto de Lei n. 1.292/1995.

Revejo, por conseguinte, o despacho inicial apostado ao Projeto de Lei n. 1.292/1995, para incluir o exame pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. Altere-se, ainda, o nome da Comissão Especial do Projeto de Lei n. 6.814/2017, para passar a se referir ao Projeto de Lei n. 1.292/1995, que encabeçará o bloco em apreciação. Publique-se. Oficie-se.

[ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 1.292/1995: À CMADS, à CDEICS, à CTASP, à CFT (mérito e art. 54 do RICD) e à CCJC (mérito e art. 54 do RICD) – Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de tramitação: Prioridade].



RODRIGO MAIA

Presidente da Câmara dos Deputados

